

BRITO, XAVIER DE

*militar; rev. 1922.

João Maria Xavier de Brito Júnior nasceu em Alegrete (RS) no dia 21 de janeiro de 1866, filho de João Maria Xavier de Brito, tenente e engenheiro agrimensor, e de Rosalina Gomes de Brito.

Sentou praça em 1883, na antiga Escola Militar de Porto Alegre. Promovido a segundo-tenente em 1890, foi classificado no 3º Batalhão de Artilharia de Posição, na cidade de Rio Grande (RS), onde concluiu o curso de artilharia. Em 1892 matriculou-se na Escola Prática do Exército, em Rio Pardo (RS), a fim de cursar a escola de tiro. Ainda em 1892, foi promovido a primeiro-tenente.

Em fins de 1893, preparava-se para ingressar na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, quando foi convocado para combater a Revolução Federalista, que eclodira no Rio Grande do Sul em fevereiro do mesmo ano. O movimento, deflagrado pelos partidários de Gaspar da Silveira Martins, opunha-se à eleição de Júlio de Castilhos para a presidência do estado e à política do presidente da República, Floriano Peixoto. O tenente Xavier de Brito assumiu o comando de uma bateria incorporada à Coluna Sampaio, organizada para socorrer Bajé (RS), sitiada pelas forças do principal comandante federalista, o general Joca Tavares. Após o rompimento do cerco, em janeiro de 1894, Xavier de Brito permaneceu integrado às forças legalistas até os últimos dias da revolução.

Restabelecida a paz no Rio Grande do Sul com a anistia em agosto de 1895, Xavier de Brito foi transferido para o 5º Regimento de Artilharia, aquartelado em Santa Cruz, no então Distrito Federal. Com esse regimento, e sob o comando do coronel Olímpio da Silveira, marchou em fevereiro de 1897 para Canudos, onde o governo federal se empenhava em desbaratar um movimento popular rebelde de caráter messiânico, liderado por Antônio Conselheiro. Gravemente ferido em um dos combates, Xavier de Brito foi forçado a abandonar o campo de luta antes da ofensiva final contra os revoltosos.

Em 15 de novembro de 1897, foi promovido a capitão e classificado no 1º Regimento de Artilharia, em Recife. Lá permaneceu licenciado alguns meses para tratamento de saúde. Em fevereiro de 1898, casou-se com Abigail Ivo da Silva Henriques, filha do marechal Pedro Ivo Filho. Regressou ao Rio de Janeiro em maio de 1898 e serviu na fortaleza de

Santa Cruz, no 5º Regimento de Artilharia, e, finalmente, no corpo de estado-maior da artilharia. Em 1902, foi nomeado primeiro ajudante do Arsenal de Guerra do Distrito Federal, função que exerceu até 1912. Em 1908, foi promovido a major.

Promovido a tenente-coronel em 1913, foi classificado em Cruz Alta (RS), onde serviu até retornar ao Rio de Janeiro, transferido para o 2º Grupo de Artilharia, em Campinho. Em 1918, promovido a coronel, foi classificado em São Gabriel (RS), sendo depois transferido para o comando do 1º Regimento de Artilharia, na Vila Militar, no Distrito Federal. Em 1919 foi nomeado diretor da Fábrica de Cartuchos e Artefatos de Guerra de Realengo, posto em que ainda se encontrava por ocasião do início da conspiração militar de julho de 1922.

O movimento era uma represália à eleição de Artur Bernardes para a presidência da República (1/3/1922) e a algumas medidas tomadas pelo presidente Epitácio Pessoa, principalmente a prisão do marechal Hermes da Fonseca (2/7/1922) e o fechamento do Clube Militar (3/7/1922). Contrariado com esses fatos, Xavier de Brito aderiu ao plano revolucionário, propondo-se a encabeçar o levante da Escola Militar, já que era o mais graduado dos revoltosos desse estabelecimento. O plano da revolta contava com a ação conjunta das forças da Escola Militar, da Vila Militar e do Forte de Copacabana, e deveria ser acionado a uma hora da madrugada do dia 5 de julho.

Pouco antes da hora marcada, o comandante da Escola Militar, general Eduardo Monteiro de Barros, foi informado sobre a revolta, sem no entanto conseguir contê-la. A coluna revolucionária, composta de oficiais instrutores e de 588 alunos das três armas, sob o comando de Xavier de Brito, retirou da fábrica de cartuchos a munição necessária e marchou em direção à Vila Militar. De acordo com os planos traçados, a coluna receberia a adesão das tropas aquarteladas na vila e, em Deodoro, o marechal Hermes assumiria o comando das tropas para marchar sobre o palácio do Catete. Entretanto, o governo havia sido avisado da sublevação, e os revoltosos não puderam agir na Vila Militar. Comandadas por oficiais legalistas, as tropas da vila marcharam contra a coluna de Xavier de Brito.

O primeiro combate entre os cadetes do Realengo e as tropas da Vila Militar deu-se em Monte Alegre, perto de Deodoro. A luta, conforme depoimento de Xavier de Brito, manteve-se encarniçada por quatro horas, até que os revoltosos conseguiram repelir os adversários. Até então, o comando dos sublevados acreditava que as forças da Vila Militar

estavam divididas. Por volta das dez horas da manhã, porém, uma nova tropa de infantaria foi vista marchando contra as forças da Escola Militar, e as dúvidas se dissiparam.

Percebendo a inutilidade do combate, Xavier de Brito resolveu reunir seus comandados e voltar para o edifício da Escola Militar, onde aguardou o desfecho dos acontecimentos. À tarde, chegou a Realengo um batalhão de infantaria, comandado pelo tenente-coronel Álvaro Mariante. Após a ocupação da escola, Xavier de Brito, os instrutores e demais oficiais foram presos e recolhidos ao 1º Regimento de Infantaria e, logo depois, transportados para o centro da cidade. Os alunos foram recolhidos à escola, onde permaneceram por cerca de 20 dias, respondendo a inquéritos e aguardando novas ordens.

Todas as fases do processo se desenrolaram sob rigoroso estado de sítio, com censura à imprensa e a suspensão de alguns jornais. Além dos réus, também os advogados que assumiram sua defesa sofreram perseguições e prisões. Xavier de Brito passou mais de quatro anos preso, sendo posto em liberdade em dezembro de 1926. A sentença de todos os envolvidos no levante foi publicada apenas em 1928. Xavier de Brito e os demais participantes e articuladores mais destacados foram condenados a um ano e quatro meses de prisão. Por essa época, Xavier de Brito, que já cumprira mais do que a pena a ele imposta, pediu reforma no posto de general, não sendo, porém, atendido.

Em 30 de março de 1930, em plena articulação da Revolução de 1930, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente de Minas Gerais, autorizou os partidários da Aliança Liberal a convidar Xavier de Brito para dirigir toda a preparação revolucionária naquele estado e depois, no momento da ação, comandar as tropas mineiras. Entretanto, o convite não chegou a ser feito, porque Xavier de Brito, acometido de um derrame cerebral, faleceu no Rio de Janeiro dois dias depois, em 19 de abril de 1930. Após o sucesso da revolução, em dezembro de 1930, o juiz Sá e Albuquerque mandou cumprir o acórdão pelo qual o processo dos implicados no levante deveria ser arquivado.

Por decreto de 27 de agosto de 1931, Getúlio Vargas resolveu considerar a reforma póstuma de Xavier de Brito no posto de general de divisão e na graduação de marechal.

Do seu casamento com Abigail Henriques Xavier de Brito, teve oito filhos. Sua filha Leda casou-se com Felisberto Batista Teixeira, também militar, diretor-geral do Departamento Federal de Segurança Pública entre 1956 e 1957.

Sílvia Pantoja

FONTES: CARNEIRO, G. *História*; CARONE, E. *Primeira*; *Correio do Povo* (2/4/1930); *Diário de Notícias*, P. Alegre (2/4/1930); *Jornal do Brasil* (2/4/1930); *Jornal do Comércio*, Rio (2/4/30); *Movimento de 5*; SILVA, H. 1922.